

FAMÍLIAS, CULTURA POLÍTICA E DOMINAÇÃO NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: O CASO DE QUEIMADAS-PB

José Marciano Monteiro

RESUMO

No presente artigo apresentamos os resultados do estudo do caso de de Queimadas, município localizado no nordeste semiárido do Brasil, interior da Paraíba. Partindo de uma perspectiva relacional e histórica buscamos analisar a cultura política local e as práticas de dominação exercidas pela família Ernesto Rêgo, através das estratégias mediadas por redes de parentesco, no curso de quatro gerações. A reflexão aqui apresentada problematiza os elementos que propiciaram a continuidade e a reprodução do poder do referido grupo familiar na cidade citada, a partir das seguintes questões: Através de que práticas se instituiu tal dominação? Quais as estratégias implementadas por essa família para conquistar poder no nível local? Constatou-se que as práticas de dominação se estabeleceram através da instituição de redes de dependência entre detentores de maiores e menores quanta de capital econômico.

Palavras-chave: Cultura política; Familismo; Dominação

FAMILIES, POLITICAL CULTURE AND DOMINANCE IN BRAZILIAN NORTHEAST SEMIARID: THE CASE OF QUEIMADAS, PARAIBA STATE

ABSTRACT

In this article we present results of a case study carried out in Queimadas, a small city located at the countryside of Paraíba State, in Northeast of Brazil. From a relational and historical perspective, we analyze the local political culture and the domination exerted by the Family Ernesto Rêgo, through the use of strategies mediated by the establishing of kinship networks for more than four generations. The reflections we present here put into questioning which elements propiciate the continuity and reproduction of the power of the referred familiar group in the cited city, from the following questions: Through which practices was established such dominance? Through which ways this Family conquer dominance in the local level government? We argue that this domination was established through the institution of dependence networks among holders of bigger and smaller quanta of economic capital.

Key words: Political culture; Families Political Domination

INTRODUÇÃO: O ESPAÇO LOCAL CONSTRUÍDO PELAS RELAÇÕES DE PODER: O CASO DA CIDADE DE QUEIMADAS NO NORDESTE BRASILEIRO

José Adilson Filho, em seu livro “A cidade atravessada: velhos e novos cenários na política belo Jardimense”, abre o Capítulo II – “A Cidade do Progresso: Mitos e Emblemas”, com a seguinte narrativa: “toda cidade é um fenômeno socialmente construído que se materializa em maneiras e estilos de vida que são ao mesmo tempo marcados por certa universalidade e particularidade histórico -espacial” (Adilson Filho, 2009, p. 87).

A cidade de Queimadas¹ não seria diferente. Foi construída socialmente a partir das ações e relações de poder constituídas pelos que neste espaço a habitavam. Ou seja, o espaço é construído conforme as práticas que nele são desenvolvidas.

Quando se pergunta a um munícipe queimadense sobre a história e a fundação do município, muitos remeterão a narrativa que, *o Município de Queimadas teve origem a partir do momento em que diversas pessoas passaram a realizar “queimadas”, ou seja queimar o “agave”, o “sisal”, que por lá existia.*

Mas quem foram essas pessoas que trabalhavam queimando o sisal? Quais eram os trabalhadores que vivenciaram as atividades bra-

çais? Eram exatamente os despossuídos de um *quantum* maior de capital, aqueles que prestavam serviços aos donos das fazendas que existentes no município estes os que tinham acesso às instituições e aos bens públicos.

Dessa forma, uma das formas de expressar o discurso historiográfico, por meio do imaginário local, é que foi a partir das “queimadas” que se originou o município. E, posteriormente, contraditoriamente, os que serão relembrados como fundadores deste município são os responsáveis por emancipá-lo diante da ordem jurídica. Os membros da elite política local que tinham acesso à esfera estatal.

A trajetória do município de Queimadas é marcada por uma história de dominação política econômica, cultural e territorial. O espaço fora ocupado por diversos agentes, cabendo aos agentes das famílias tradicionais o domínio sobre as melhores terras, os melhores espaços físicos territoriais. Logo, este espaço físico-territorial foi construído a partir de um espaço na ordem do poder. Motivo pelo qual quando se fala em Queimadas, são reconhecidamente, relembrados aqueles que a dominaram politicamente, mas não se faz menção aos processos e práticas de dominação por estes exercidas e como esta se construiu, passa-se, despercebidos os mecanismos de dominação, naturalizando-os.

As famílias caracterizadas como tradicionais no município são aquelas que possuíam as melhores terras. São às que exerciam o do-

1 O município de Queimadas situa-se no agreste paraibano, a 133 km da capital João Pessoa, e a 19 km de Campina Grande. O povoamento de Queimadas iniciou-se por volta do ano de 1889, quando chegaram à região as primeiras famílias: Maia, Muniz, Tavares, Gomes e, posteriormente, em 1930, a família Ernesto-Rêgo. Foi distrito de Campina Grande – maior cidade do interior paraibano e segunda maior cidade interiorana do nordeste – até quando foi emancipada política e juridicamente através da lei nº 2.622, de 14 de dezembro de 1961, de autoria do então deputado estadual Antônio Vital do Rêgo.

mínio sobre uma quantidade maior de trabalhadores atuando em suas terras; em uma determinada época, queimando o sisal, e em outra plantando e colhendo o algodão, o milho e o feijão. É do tronco dessas famílias que exerceram domínio e poder, sobre as relações de trabalho local, que se configura, historicamente a “possível nobreza”, que assumirá o poder do município por mais de quatro gerações.

E não foi por mero acaso ou por observância da lei divina que estas famílias dominaram política, econômica, espacial e culturalmente o município de Queimadas, mas através de suas práticas desenvolvidas no interior de um espaço social construído desigualmente por elementos de diferenciação, tais como família, terra, poder econômico, político e cultural.

Os filhos das famílias tradicionais, em sua grande maioria, saíam para estudar nos grandes centros e voltavam para o exercício de cargos públicos locais como “Doutores”, mais acúmulo de capital simbólico, o que permitiu o exercício legítimo da dominação política local, como sendo aqueles mais preparados para o ofício da governança local. Possuíam, quando não os dois, um ou outro capital distintivo e diferenciador das sociedades modernas, o capital cultural e o capital econômico, como salienta Bourdieu.

1. RELAÇÕES DE COMPADRIO, FAVORES E DOMINAÇÃO: O FAZER POLÍTICO EXPRESSO POR UMA LIDERANÇA LOCAL

No início da década de 60 o Brasil passava por transformações políticas que repercutiriam em todas as esferas. Nesta década foi deflagrado o Golpe Militar, este que perdurará até a primeira metade da década de 80, período em que foram constituídos legalmente e institucionalizado o bipartidarismo, através da Aliança Renovadora Nacional – ARENA e Movimento Democrático Brasileiro – MDB. O primeiro, entendido como partido situacionista, mantém a maioria no congresso nacional, bem como em todas as regiões do país, e o segundo sobreviventes do processo de cassação, se tornam oposicionista ao regime militar².

Essa dinâmica de domínio político por parte dos militares ocupando a maioria das cadeiras no Senado e na Câmara Federal, conseguindo eleger a maioria dos representantes na Câmara e no Senado, perdurou durante todo o regime. Para tanto, vale destacar que em termos de Nordeste, no final dos anos 70, os situacionistas apresentaram-se, ainda, com uma representatividade extraordinária, ou seja, “a maioria da ARENA no Congresso Nacional foi obtida no Nordeste, garantindo, segundo alguns, a estabilidade do regime (...) O partido do Governo preencheu 08 (oito) as 09 (nove) vagas senatoriais em disputa e elegeu 92 (noventa e

2 Em termos de representatividade no Senado Federal, com esta reforma partidária, que o regime militar realiza do pluripartidarismo para o bipartidarismo, a situação consegue, através da ARENA, obter uma representatividade de 69,2 %, enquanto que a oposição alcançaria uma representatividade de 30,8 %, o que equivaleria em termos numéricos a 45 Senadores da ARENA e 20 Senadores do MDB, isto a composição do Senado Federal em 1965/1966. (SCHMITT, 2000, p.36). Através desses números já se percebe a disparidade representativa entre ARENA e MDB, e a maneira através da qual o regime militar manteria domínio sobre a situação política.

dois) Deputados Federais contra 34 (trinta e quatro) do MDB, correspondendo, neste caso, a uma diferença de 58 (cinquenta e oito) cadeiras”³ (ROLIM, 1979, p. 53).

FAVORES E A CONSTITUIÇÃO DA LIDERANÇA LOCAL

Inserido em um contexto político regional que se destaca no município de Queimadas, como liderança local Carlos Ernesto⁴, advindo de uma família tradicional de políticos⁵. Carlos Ernesto é filho de Francisco Ernesto do Rêgo, sobrinho do José Vital Ernesto do Rêgo, e primo legítimo do Major Veneziano, este que exerceu grande influência política no município de Queimadas até o início dos anos 60.

Na década de 60 no município de Queimadas⁶ a economia local se concentrava na em torno da agricultura e, de modo bastante tímido nos poucos empregos que o poder público local produzia. A maior parte da população vivia na zona rural e sobrevivia da lavoura de subsistência, principalmente o milho e o feijão,

além do algodão cuja produção pertencia ao fazendeiro. O comércio era muito incipiente, inexistindo praticamente estabelecimentos comerciais de grande porte.

As famílias denominadas tradicionais que aqui residiam e exerciam poder político, eram as famílias Barbosa, Gonzaga, Ernesto, Rêgo, Maia, Ribeiro e Lucena. Todas essas exerciam domínio sobre as melhores terras do município e, conseqüentemente, possuíam as grandes extensões de terras.

Os Ernesto-Rêgo, por exemplo, possuíam mais de 600 hectares de terras, que além de serem propícias para o plantio de culturas como, milho, feijão, fava e algodão, possuíam grandes reservatórios de água que, em períodos de seca, serviam a população carente. Soma-se a isso, o gado que estas famílias criavam e destes tiravam o leite para ser vendido na cidade vizinha e pólo comercial – Campina Grande.

Associava-se a essas formas de expressão do poder outras práticas costumeiras na região, o fazendeiro garantir, por dia, um litro de leite aos seus afilhados. Em virtude dessa relação de troca era comum as famílias mais carentes, atri-

3 Estes dados permitem afirmar o controle político que o regime militar mantinha sobre a maioria das lideranças do Nordeste e não será diferente com a Paraíba. Nas eleições municipais de 1972 e 1976, para se ter um exemplo, verificou-se que a ARENA elegeu a maioria esmagadora dos Prefeitos e Vereadores em todos os Estados, o MDB elegeu, em todo o Brasil, 463 Prefeitos, enquanto que a ARENA com os prefeitos nomeados somava-se 3.484. No Nordeste seguia-se o mesmo ritmo, em termos de maioria, a ARENA obteve 1.229 prefeituras e o MDB 145. Embora, à época, a Paraíba se destacasse por possuir 36 prefeituras governadas pelo MDB dos 171 municípios, vê-se que a maioria estava sob o controle dos partidários da ARENA. (Rolim, 1979)

4 <?> Liderança do município de Queimadas da década de 1960 até o final da década de 1980, apresenta algumas características interessantes para se compreender as relações sociais, os laços e o elo moral que caracterizavam o habitus político do município. Ele serviu ao exército brasileiro, em meados do período da segunda grande Guerra Mundial, na cidade de Recife, chegando, assim, a receber a patente de Tenente. Foi também Secretário de Agricultura no Governo de Severino Cabral, no Município de Campina Grande e em Queimadas nunca quis ocupar cargos políticos, porém indicou ao poder Executivo local quatro nomes e os fez prefeito, são eles: José Ribeiro, Leonardo Honório, Sebastião de Paula Rêgo e Saulo Leal Ernesto de Melo.

5 Ver, em anexo, a árvore genealógica da família Ernesto-Rêgo da qual Carlos Ernesto advém.

6 Ver os dados da dissertação “Agricultura Familiar no município de Queimadas, PB: Forma de organização, desafios e perspectiva” de Antônia Maria da Silva (2001, p. 61), apresentada à Coordenação do curso de Mestrado em Economia Rural, da Universidade Federal da Paraíba, em 27 de Abril de 2001.

buir um dos seus filhos como afilhados de uma dessas famílias tradicionais, visto que além da “proteção” e “segurança”, o leite da criança já esta ria garantido.

Geralmente essas famílias carentes, das quais eram a grande maioria da população no município, em épocas de seca, como já mencionado, dependia das famílias tradicionais em relação aos reservatórios de água. Bem como, trabalhavam na agricultura cultivando as terras dessas famílias tradicionais locais. Trabalhavam como meeiros, vaqueiros, cultivando o algodão, o milho e o feijão, em período de plantação, e em período de colheita, colhendo estas culturas. Na seca, exerciam atividades através do corte da lenha, da palma, do capim, e de alimentos em geral para o gado. Nesse sentido, criava-se toda uma relação de dependência para com estas famílias tradicionais as quais em troca garantiria a “segurança”, a “proteção” e o básico para a sobrevivência de todo o grupo familiar.

Nesse contexto permeado por relações sociais de favores e relações de dependência, que se constitui socialmente a liderança política de Carlos Ernesto, este que exercera grande influência, a partir da metade da década de 60 até o início da década de oitenta, através de um modo peculiar de fazer política.

2. RELAÇÕES DE COMPADRIO E DOMINAÇÃO

Segundo uma de suas filhas, Tereza Leal, Carlos Ernesto teve muito mais de 300 (trezentos) afilhados, as crianças quando nasciam no

município, os pais “davam” para que Carlos Ernesto fosse, juntamente com Maria Leal, seus padrinhos, durante a pesquisa de campo identificamos muitos desses afilhados. Em suas narrativas algumas pessoas afirmaram ter orgulho e se sentirem agradecidas aos seus pais por terem concedido que se tornassem afilhadas de Carlos Ernesto. Afirmam, esses entrevistados – que em sua grande maioria são pessoas pobres – que Carlos Ernesto era como um pai, uma vez que tudo que precisava ele “ajudava”. É nesse sentido, que as palavras do senhor João Vitorino, um dos entrevistados, reafirma o exercício de dominação exercido por Carlos Ernesto, ao reafirma que “o que ele dizia, podia confiar”:

uma pessoa que resolvia qualquer problema no município, problema de ordem inclusive muito particular, a exemplo de brigas entre casais, entre outros colocados pela sociedade de Queimadas, quando não dava mesmo para resolver ele avisava antecipadamente à pessoa. A palavra de seu Carlos valia tudo, pois o que ele dizia, podia confiar. Carlos Ernesto foi uma liderança em todos os aspectos, não gostava de participar de governo, nem tampouco subir ao palco para pedir votos, gostava de ficar entre o povo, conversando com seus compadres, e o que prometia, cumpria. (Entrevista com João Vitorino Silva, em 27 de maio de 2006).

Os que pertenciam a este sistema de apadrinhamento, compadres e afilhados, os que o seguiam e, sobretudo, respeitavam as suas “palavras de ordem”, ou seja, que obedeciam as suas determinações para resolução de problemas do tipo, as brigas entre casais, segundo os informantes, não era Carlos Ernesto, que esta-

va resolvendo determinado problema, mas “o Tenente Carlos Ernesto”, filho de “Francisco Ernesto” que, por sua vez é da família do Coronel Chico Heráclio”, ou seja, fica evidenciado a árvore de poder, justificando os elementos de distinção que reafirma a liderança de Carlos Ernesto no município de Queimadas, estabelecida por capitais simbólicos que vão se acumulando no decorrer de sua própria história social.

Há um processo de dominação, pautado na tradição familiar e associado a sua imagem. Agrega-se a essa imagem a patente de “tenente”, representante do poder militar, e é este poder que no período histórico compreendido, entre 1960 e 1984 que está sendo exercido e reconhecido, portanto, legitimado, neste país. E não seria diferente uma vez que a liderança política local comunga da cartilha política da ARENA, que embora não seja candidato para disputar o cargo executivo local, é quem indica os nomes, dentre os quais se destacarão nos pleitos ocorridos em 1980, 1990 e 2004, Sebastião de Paula Rêgo e Saulo Ernesto, este último primo do primeiro e filho de Carlos Ernesto, considerado o seu herdeiro político, e que virá a ser o chefe do executivo local por duas vezes em 1976 e em 2004.

As relações de compadrio, como já mencionado, assumem uma importância fundamental na compreensão das relações sociais da família Ernesto Rego em Queimadas, a partir

destas relações observa-se que os processos de dominação se farão mais presentes. É nesta relação do “dando” que se “recebe”, movido pelas trocas de interesses, que, na maioria das vezes, não são racionalmente calculadas, mas sim tomadas e guiadas pelo *senso prático* dos agentes, que se constroem relações de dependência e, conseqüentemente, de dominação.

O compadrio, por assim dizer, assume uma característica fundamental, qual seja a característica de ser um ritual⁷, no qual a escolha dos padrinhos para os filhos estava respaldada em critérios como, credibilidade (confiança), respeito (admiração), segurança (proteção). O ritual, portanto, de “dar” os filhos para que Carlos Ernesto e Maria Leal⁸ fossem padrinhos caracterizava-se por ações simbólicas manifestas por emblemas sensíveis e materiais. Possui toda uma função estratégica, visto que a credibilidade – confiança está no fato, como já mencionado, de Carlos Ernesto ser um “homem de palavra”, o que “dizia cumpria”, e isto lhe conferia respeito, pois o espaço da política nem sempre é o espaço da “palavra cumprida”, porém, é sem dúvida, da “palavra prometida”.

Talvez seja essa a razão pela qual Carlos Ernesto tenha sempre se recusado a subir em um palanque, ao lado dos candidatos que ele apresentava, preferindo agir nos bastidores do poder, exercendo sua liderança política por trás do “palco”, posto que é uma atitude totalmen-

7 Como assinala Martine Segalen (2002), “o rito ou ritual é um conjunto de atos formalizados, expressivos, portadores de uma dimensão simbólica. O rito é caracterizado por uma configuração espaço-temporal específica, pelo recurso a uma série de objetos, por sistemas de linguagens e comportamentos específicos e por signos emblemáticos cujo sentido codificado constitui um dos bens comuns do grupo”. E, continua a autora, “o ritual faz sentido, visto que ordena a desordem, atribui sentido ao acidental e ao incompreensível, confere aos atores sociais os meios para dominar o mal, o tempo e as relações sociais. Sua essência é misturar o tempo individual e o tempo coletivo. Definido em suas propriedades morfológicas e através de sua eficácia social, os ritos também se caracterizam por ações simbólicas manifestas por emblemas sensíveis, materiais e corporais.” (SEGALEM, 2002:32)

8 Esposa de Carlos Ernesto e irmã de Patrício Leal, este último, médico, muito admirado no município de Queimadas pelos trabalhos relacionados à saúde que o mesmo exercia na região. Patrício Leal casara-se com a irmã de Carlos Ernesto, Beatriz Ernesto.

te estratégica permanecer junto aos compadres, na mesma condição, de “igual para igual”. É a liderança que, embora ocupando uma posição diferente das demais pessoas, dentro da estrutura política e social local, está no mesmo espaço compartilhando conversas e saberes do cotidiano com os seus compadres e amigos.

Esta era uma entre tantas maneiras que o líder adotava para se relacionar com os seus “conterrâneos”, demonstrando simplicidade, mas, ao mesmo tempo, exercendo dominação, visto que as pessoas nestes espaços quase sempre “pedem” algo à liderança política local. Temos, nesse sentido, uma aproximação afetiva e econômica que se imbricam nas relações da construção do fazer político local. O estar próximo é estratégico do ponto de vista político, haja vista que podia conversar com diferentes pessoas e analisar, no interior do espaço social, como as mesmas estavam se comportando e quais atitudes tomavam quando os candidatos, por ele apoiado, estavam discursando, como atuavam etc.

As relações parentais e os laços de credibilidade vão sendo construídos na força da palavra, das “ajudas”, dos “favores”, em uma frase: “do que se promete, faz”. Todas estas ações trazem consigo uma dimensão simbólica muito forte posto que imprimem valores que conduzem os agentes a passarem a ter respeito – admiração, levando várias famílias a tomar a liderança, como exemplo de uma pessoa a ser seguida, tornando-se, assim, num misto de “protetor dos pobres” e “conciliador de conflitos”:

Porque o povo tinha ele com maior respeito, ninguém ia na casa dele para voltar com as mãos sem nada, tá um doente aqui, o mo-

mento de precisão mais do cara é quando tá morrendo de fome ou doente, quem chegar é o primeiro. Seu Carlos cobria tudo de remédio, de feira. Era todo mundo que adoecesse, que precisava de alguma coisa, era só ir lá. Ele conseguia, fazia de todo o jeito, mas, dava jeito. Tinha dia que eu trabalhando lá, o dinheiro que ele recebia do leite, ele tirava, tirava do dinheiro do leite que era dele e ajudava, ajudava a todo mundo, o povo que ia atrás. Nunca foi uma pessoa pra dizer assim, voltei sem nada, nunca, nunca, até hoje. Morreu, mas a fama ficou que até hoje está por aí, é, e outro que nem ele não tem mais não. A palavra dele era um tiro, se ele dissesse assim, é assim, é assim, pronto, podia escrever, podia escrever que era aquilo mesmo, e o pessoal obedecia ao conselho que ele dava, sempre para o bem. Olhe você ia tremendo de raiva, vamos dizer assim, você tinha raiva de mim, você ia para me pegar com a maior raiva, se ele encontrasse com você ou mandasse chamar você, aí você já vinha rindo para o meu lado, você já vinha “olá rapaz tudo bom”. Eu vi muitas vezes lá, os cabras ali do Oití, do Balanço, ali da Serralta, quando pegava briga pra lá, corria lá pra seu Carlos. O pessoal não precisava ir para a delegacia, ele mandava só o recado, diga a fulano que venha aqui, acabavam as encrencas. (Entrevista com João Vitorino de Andrade Filho, em 27 de maio de 2006)

Esta fala evidencia o tratamento que as pessoas atribuíam e até hoje tem como representação de uma liderança local, concebendo-o como “protetor”, uma liderança sempre disposta a “ajudar” os mais humildes e os mais necessitados. Este exercício político configurava uma prática assistencialista, característica do fazer política na região Nordeste. Associa-se a essas ações à prática de empregar diversas pes-

soas nos setores em que exercia influência, ou seja, no serviço público do Município, bem como nos estabelecimentos públicos do Estado. O que nos conduz a afirmar que, associado ao assistencialismo, registra-se também a prática do clientelismo e empreguismo, as quais vão se constituindo como uma rede de relações legítimas e reconhecíveis que vão moldando, juntamente com as relações de compadrio, o exercício da dominação através dos laços de dependência.

É daí que se constroem os laços sentimentais e pragmáticos que ligam os liderados à liderança e a “dependência política se traduz na expressão “eu devo favor”, o que significa uma forma de gratidão, uma dívida cujo preço é a fidelidade sem limites, mas que pode resultar na possibilidade constante da humilhação pessoal e familiar, (...). Em outros termos, perde mais que ganha, devido aos prejuízos causados pela perda da autonomia”⁹

Em outra dimensão, o sentido da segurança – proteção – as pessoas que escolhiam Carlos Ernesto e Maria Leal para serem padrinhos de seus filhos e, conseqüentemente, compadre e comadre, se devia pelo fato “receber”, por parte dos compadres proteção, uma vez que ele resolvia qualquer “problema”, seja na esfera política, judicial, econômica e, até mesmo, nas relações de micro poderes entre as famílias. “Oferecer” à criança, a Carlos Ernesto e Maria Leal, era estar atribuindo-lhes não apenas do ponto de vista do “conforto espiritual” – tendo em vista que o ritual de passagem do

batismo¹⁰ caracteriza-se por isso – mas era também e, sobretudo, ter “conforto material”, segurança, sentir-se protegido. Esta noção fica ressaltada, de maneira nítida, nas palavras de uma de suas afilhadas:

eu gostava muito dele, é... para mim é mesmo que ser meu pai. Maravilhoso ele, muito bom, para mim e para todo mundo, qualquer coisa que o povo queria era com ele. Lá e ia ser muito bem recebido, do jeito que ele recebia um rico recebia um pobre, do mesmo jeito. Ele não tinha escolha, não tinha distinção, meu padrinho não tinha escolha. E sempre muito educado. Eles dois aí, eu sempre olho muito para eles porque são maravilhosos, e agente todinho lá de casa ama eles todo. (Entrevista com Albertina de Souza Andrade, em 27 de maio de 2006).

Esta é uma estratégia fundamental na relação de compadrio, fazendo dessas relações processos rituais no sentido de que devem ser consideradas “como um conjunto de condutas individuais ou coletivas relativamente codificadas, com suporte corporal (verbal, gestual e de postura), caráter repetitivo e forte carga simbólica para atores e testemunhas” (SEGALEN, 2002, p.32).

Além dos padrinhos, a quem os pais “prometiam” seus filhos, tinha-se também a madrinha de apresentação e todos aqueles também que viam ritualisticamente este ato. Assim, “o rito é uma linguagem eficaz na medida em que

9 ADILSON FILHO, José. A cidade atravessada: velhos e novos cenários na política belojoardinese.

10 Conforme Ellen F. Woortmann, “Toda criança, ao ser batizada, ganha um padrinho, um “pai espiritual”, e uma madrinha, “mãe espiritual”, que, como em todas as sociedades de tradição cristã, mantêm com seus afilhados determinadas relações de obrigações social e ritual”. Essa relação é fundada em um rito de passagem, o batismo, enquanto nascimento simbólico. (Woortmann, 1995, p.285)

atua na realidade social, decorrendo daí que o rito não se efetiva de qualquer maneira, precisando está apoiado em símbolos reconhecidos pela coletividade” (Segalen, 2002, p.32).

No contexto em que Carlos Ernesto se inscreve, três elementos podem ser destacados enquanto símbolos reconhecidos pela coletividade, a saber, à credibilidade (confiança), o respeito (admiração) e a segurança (proteção). Tais elementos são fundamentais para a legitimação desta liderança através do exercício de dominação material e simbólica, uma vez que se por um lado tem-se instituído na cultura local a prática política baseada no assistencialismo e no clientelismo, como já mencionado; por outro, tem-se, associado a esta, a prática simbólica do batismo, do “dar o filho” como forma de reconhecimento legítimo do poder exercido pela liderança. Assim, além dos “favores” que se realizavam no espaço político, propriamente dito, através do assistencialismo e do clientelismo, observava-se também os favores no espaço religioso.

Dito de outra maneira, o compadrio tem outras funções além das espirituais, quais sejam, assegurar socialização das crianças, estabelecendo laços entre pessoas da mesma classe ou de classes sociais diferentes, atendendo às necessidades da família, garantindo trabalho e abrigo, etc. As relações, para tanto, funcionam da seguinte forma: “na maioria das vezes é o padrinho quem oferece ajuda e proteção aos afilhados e compadres, mas esses também devem retribuir, trabalhando para ele sem cobrar,

executando tarefas graciosamente, votando em seus candidatos, entre outros”¹¹

O compadrio além de ritualizar o parentesco, parte da própria estrutura do parentesco, em outras palavras, como assinala Ellen Woortmann (1995),

o compadrio não é apenas uma forma de ‘parentesco ritual’ ou de ‘parentesco fictício’, isto é de pararentesco. Ele é parte da própria estrutura de parentesco. (...) considero o significado do compadrio (...) destacando a relação entre padrinhos e afilhados, assim como a relação entre compadrio e nomeação. (WOORTMANN, 1995, p.285).

Observa-se, com isso, seguindo ainda os passos de Ellen Woortmann que:

entre padrinho e pai estabelece-se, então, uma **relação de troca**, pois a obrigação de um tem como contrapartida a obrigação do outro. É preciso lembrar que pelo menos em tese, todo pai é também padrinho, e todo padrinho é pai. Instaura-se uma relação de **reciprocidade de obrigação** entre pai e padrinho em função de um terceiro termo, o filho/afilhado(a), que no futuro será pai e padrinho. (Woortmann, 1995, p.290) (gri-fos nossos)

Ellen Woortmann destaca dois tipos de compadrio, o que se caracterizam por ser “horizontal” e “intensivo” no qual os pais convidam pessoas do mesmo *status* social para serem padrinhos dos seus filhos e que residam dentro do mesmo *sítio*, do mesmo círculo de parentes; e o outro é o que se caracteriza por ser “verti-

11 RÊGO, André Heráclio. Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder. São Paulo, Girafa Editora, 2008, p. 48

cal” e “extensivo” no qual as relações se dão com pessoas de *status* superior, caracterizado pela patronagem, nesses casos os laços se dão fora do círculo, do *sítio*, ampliando as redes de solidariedade.

É no modelo de compadrio, “vertical” e “extensivo”, que se inscreve a liderança aqui interpretada, visto que, para a sociedade queimadense da época, ela tinha *status*, possuía capital simbólico incorporado, posto que pertencia a uma “família de tradição”, cujo nome remete a uma investidura de poder, associado a isto também havia recebido a patente de “Tenente Carlos Ernesto”, e as pessoas que “davam”, “ofereciam” seus filhos para serem afilhados dele, eram, em quase sua totalidade, pessoas exteriores a família Ernesto.

Desta feita, cresciam às relações de solidariedade, criando através do compadrio, vínculos alternativos e análogos ao parentesco, estendia-se à rede de favores, os laços de dependência, e o exercício de dominação material e simbólica sobre estes que ficavam devendo “favores”, é a dádiva, enquanto dívida permanente.

3. TROCA DE FAVORES E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

O “fazer favor” está na base da construção dessas práticas. O “fazer favor” é o alicerce do “fazer político”, e este, por sua vez, é moeda corrente que se converterá em uma retribuição, o “fazer favor” – é um dar –, portanto, – está no plano da dádiva, destaca-se que toda dádiva já é em si mesma uma dívida – exige obrigatoriamente, um compromisso moral, uma retribuição. Esta que não se realiza atra-

vés de um cálculo racional, mas sim pelo simples fato de estar em *jogo*, de dar importância a um *jogo social*.

Outro informante destaca esta prática local de fazer política pautada nos favores afirmando que:

Carlos era um homem de ação, era um homem de ação. Ele não gostava de duas conversas. Se ele pudesse te ajudar, estava te ajudando; se ele não, não podia também te ajudar. Ele não tinha esse desencontro de informação. Se você dissesse “eu preciso”, ele estava ali. Então ele era um homem de “sim?”, “sim”; e eu creio que também no “não”, “não”, ele também sabia dar e com isso fez a diferença – e ainda faz a diferença, hoje tem um nome forte por isso. Era um homem íntegro; era um homem que tinha, portanto, além da integridade, respeito ao ser que tinha menor condição material do que ele – e às vezes ele se colocava até no mesmo nível para resolver o problema dele. Por isso ele fez a diferença. (Entrevista com Maurício Xavier, em 18 de Abril de 2008)

A fala deste entrevistado legitima, por assim dizer, o discurso de que Carlos Ernesto era um homem de “ação”. Ação esta referente ao modo de “fazer ajudas”, de realizar “favores” para os mais humildes, não percebendo, assim, os mecanismos de dominação que estão por trás de todas essas formas de realizar ajudas.

A prática é vista como formas virtuosas do agir, não as percebem como maneiras sutis de dominação e subserviência por parte dos que necessitavam. Estes ficam presos a um regime político de dominação e de dívidas quase que “eternas”, as quais se reproduzem como

dívidas para serem pagas, preferencialmente e principalmente, na forma de votos. Ou seja, as relações de favores, as ajudas, se criam num espaço social específico, com valores construídos historicamente por agentes que detêm os capitais simbólicos de notoriedades legitimados. As pessoas participam desses “jogos sociais” por causa de necessidades que os levam a recorrer a líderes que podem “ajudar”.

Bourdieu (1996) utiliza a palavra *illusio* que vem da raiz da palavra latina *ludus* (jogo), e assim substitui a palavra interesse, visto que interesse é “estar em”, participar, admitir que o jogo valha a pena ser jogado. Portanto,

os jogos sociais são jogos que se fazem esquecer como jogos e a *illusio* é essa relação encantada com um jogo que é produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social. Isso é o que quero dizer ao falar de interesse: vocês acham importantes, interessantes, os jogos que têm importância para vocês porque eles foram impostos e postos em suas mentes, em seus corpos, sob a forma daquilo que chamamos de o sentido do jogo. (...) assim pode-se estar interessado em um jogo (no sentido de não lhe ser indiferente) sem ter interesse nele. (Bourdieu, 1996, p. 139)

No princípio dessa ação “generosa” de uma variedade de favores prestados e, consequentemente, de trocas de favores, ao contrário de existir uma intenção consciente de um indivíduo isolado, “o que existe é essa dispo-

sição do *habitus* que vem a ser a generosidade e que tende, sem intenção explícita e expressa, à conservação ou aumento do capital simbólico¹²: como o sentido da honra”. (Bourdieu, 20001a, p. 236).

Os “favores” prestados pelas lideranças, ainda é uma prática comum no Município, cujo significado é imponderável para a pessoa que recebe o favor, gerando nesta um sentimento quase “eterno” de gratidão. O dom se exprime na linguagem da obrigação, “que se converte em reconhecimento incorporado, em inscrições nos corpos sob forma de paixão, amor, submissão, respeito, de uma dívida insolvente e, como se diz, frequentemente eterna” (Bourdieu, 2001a, p. 242)

É nesse sentido que Bourdieu (2001) nos chama a atenção para o efeito simbólico dessas relações, além disso, para o fundamento do poder simbólico, que é um poder que cria, se acumula e se perpetua pelo fato de haver uma troca simbólica, “em relações duráveis de poder simbólico pelas quais se é obrigado e com as quais a gente se sente obrigado; ela transfigura o capital econômico em capital simbólico, a dominação econômica em dependência pessoal até em devotamento, em piedade (filial) ou em amor”. (Bourdieu, 2001a, p. 242).

4. SOBRE UMA POSSÍVEL NOBREZA LOCAL

As estratégias de dominação que foram construídas socialmente pela elite política local

12 Fazendo uma leitura de Bourdieu, Jessé Souza destaca o capital simbólico como sendo um capital negado e travestido. Em outras palavras esse capital é só “percebido como legítimo quando desconhecido enquanto capital”. Logo, continua Jessé, “Capital simbólico parece significar o capital, ou melhor, uma espécie de crédito social no sentido mais amplo, que logra transmutar-se e não revelar suas origens arbitrárias. Desse modo, capital simbólico pressupõe mascaramento e opacidade com relação às suas origens e funcionamento prático”. (Souza, 2003, p. 48).

foram sendo incorporadas aos agentes, como se fossem naturais, ou seja, os corpos passam a ser o espaço do exercício da dominação e da incorporação dos valores construídos por um pequeno grupo que tem um maior *quantum de capital*.

Após incorporados esses valores como legítimos, os desprovidos de capital dentro da estrutura social, acabam reproduzindo a concepção dominante como se esta não pudesse ser mudada, bem como a percebe como se fosse a única verdadeira. Com isso, “a força política dos grupos locais se inscrevem, primeiramente nos corpos e mentes dos indivíduos através de valores e imaginários que já existem na própria cultura do povo e que favorecem substancialmente a sua dominação”¹³. Através desta incorporação os indivíduos passam a orientar suas práticas e suas maneiras de agir e tomar decisões por meio dos valores que estão lhes servindo, depois de incorporados, de matriz de percepção e de escolhas e decisões no seio da sociedade. Ou seja, os indivíduos passam a orientar suas práticas pelos valores construídos e impostos pela elite política local.

É a partir desta “naturalização”, da incorporação dos valores produzidos pelos que detêm um maior número de capitais, que se sustentam às ideias de que os “caminhos da política somente podem ser trilhados por alguns poucos personagens ou algumas poucas famílias, como sendo as únicas capazes do exercício do poder público municipal”¹⁴.

É a força desta prática discursiva incorporada que levou muitos cidadãos e cidadãs no município de Queimadas a reproduzirem o discurso de que a política deve ser para os filhos daqueles que atuam ou atuaram no cenário político porque tem “sangue” político e não é por acaso que o município de Queimadas, em termos de ruas e estabelecimentos de ordem pública, recebem os nomes, em sua grande maioria, dos familiares dos políticos que pelo executivo passaram, ou seja, é mais uma maneira de deixar marcado no imaginário popular aquilo que fez, e de, sobretudo, referendar e fortalecer a tradição familiar.

Neste sentido, se constrói no município, certa nobreza familiar da qual deverá sair os nomes, posto que se concebem como se fossem, os verdadeiros herdeiros da representação política local. Estes são encarados como os detentores “legítimos” para a representação do poder público local. Daí decorre que, até o presente momento, o município continua sobre o domínio da família Ernesto -Rêgo, e as outras famílias tradicionais dão base de sustentação a estes grupos, enquanto seus prepostos, pois também são beneficiados com cargos nos órgãos e instituições públicas locais.

O significado incorporado de que a nobreza¹⁵ familiar, ou as famílias de tradição, “as fundadoras do município”, é quem devem, legitimamente ocupar espaços no poder local, essa prática se apresenta de maneira tão contundente na cultura política local que, em períodos

13 ADILSON FILHO, José. Op. Cit., p. 60.

14 ADILSON FILHO, José. Op. Cit., p. 60.

15 Ver: BOURDIEU, Pierre. O Campo econômico: dimensão simbólica da dominação. Campinas, São Paulo, Papirus, 2000, p. 60. A idéia de nobreza é construída e desenvolvida a partir da concepção que Bourdieu oferece, recuperando do latim, ou seja, “o nobre”, segundo o latim, é um nobilis, um homem “conhecido” e “reconhecido”.

de “crise de lideranças”, digo aqui que com a falta de liderança para as disputas, sempre procuram recorrer àqueles que estão ligados a algumas das famílias tradicionais.

Isto não se estabelece de maneira aleatória, mas sim pelo fato que são esses representantes, possuidores de elementos de distinção, que são mais fortes em termos de concorrência dentro do campo político, associados a isso se acrescenta que eles tenderão a reproduzir as práticas dos seus antepassados políticos, como maneira, inclusive de “honrar” o nome da família, garantindo os empregos àqueles que sempre o “acompanharam” politicamente.

A nobreza, portanto, enquanto representantes legítimos, visto que são reconhecidos através dos capitais sociais, se tornam, por excelência, aqueles que podem e devem dominar o município, por concessão feita pela maioria da população, a qual de maneira direta ou indireta, já foi beneficiada por algum favor, é nos momentos de campanhas eleitorais que as famílias tradicionais lembram aqueles que foram beneficiados por favores já realizados, junto às famílias mais necessitadas.

A dominação, nesse sentido, é exercida e só se exerce pelo fato que é reconhecida, em outras palavras, permitida, legitimada, posto que possuem os que acreditam que as famílias tradicionais são as representantes políticas do poder político local. Não percebendo que este discurso incorporado que se apresenta de maneira natural, foi construído historicamente através de profundas violências promovidas pela elite política local que se manteve e se mantém no poder reproduzindo as mesmas práticas estabelecidas pelos seu grupo parental, se constituindo como os herdeiros da política local.

Conforme um dos entrevistados quando perguntado sobre essa possível nobreza familiar que domina historicamente o município, ele afirma:

O povo acha que se é pra ser submisso a alguém, que seja submisso a alguém que tenha tradição, certo? Então, nunca eu vou querer ser mandado, ou dominado, ou sei lá, ou liderado por uma pessoa que seja do mesmo nível que eu. (...) Então sempre vai continuar assim. É mais fácil votar no filho de Saulo Ernesto, do que votar no filho de um agricultor por aí – isso aí é muito simples. O povo é que cria essas situações. (Entrevista com José Ezequiel, em 18 de Abril de 2008).

O entrevistado refere-se ao “povo” de Queimadas, enfatizando a relação de dominação que existe entre este e as lideranças locais através do elemento distintivo o nome da família. Apresenta-nos como se isto fosse culpa do povo, no entanto, em primeiro momento, não se coloca como pertencente a esta concepção de que quem deve governar o município sejam apenas pessoas das famílias tradicionais, mas percebe-se, em outro momento, e se coloca como povo quando afirma “que sempre vai continuar assim”, ou seja, ele também incorpora em parte a visão de que a “nobreza familiar” é quem continuará a dominar o município, uma vez que “o povo é quem cria as situações”.

As práticas realizadas por essas famílias tradicionais, o exercício de poder sobre os corpos dos agentes, a maneira de pensar as estruturas mentais desse “povo” que o entrevistado se remete, estão incorporados nos agentes, nas falas e no modo de agir, isto que a percep-

ção de escolhas são orientadas a partir da história que fora incorporada e da dominação, através das práticas realizadas pelas elites locais, as quais construíram historicamente todo um modo de fazer política através de violências arbitrárias que foram marcadas na pele das pessoas e, muitas dessas, não conseguem se desprender percebendo este modo como legítimo e, portanto, como verdadeiro e único.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É consenso na vertente da produção da escola sociológica francesa afirmar que as sociedades se constituem a partir do elemento da troca, quer seja troca de bens materiais quer seja troca de bens simbólicos. Todavia salienta-se que as trocas de favores, como mencionadas entre os agentes sociais e os agentes políticos locais, além de estabelecer toda a ordem de funcionamento de *modus operandi* de fazer política, também possibilita aos agentes sociais se tornarem submissos nesta relação de poder, àquele (político) que oferece algo ao agente necessitado.

Assim essas práticas clientelistas e assistencialistas longe de serem encaradas como privatização de bens públicos, por parte do agente político local, conforme concebe a ciência política, são encaradas sob a ótica “nativa”, a partir dos benefícios que recebem do político, como sendo *acesso a bens e serviços públicos*, às pessoas que, devido a sua própria condição social, não os teriam de outra forma.

Nesse contexto, a palavra “público” não significa “recursos que pertencem a todos”, mas recursos monopolizados pelas elites políticas e econômicas. Pessoas “ordinárias” – de

estratos inferiores da sociedade – não participariam dessa definição de “público”. (KUSCHNIR, 2007). Por isso mesmo, o acesso às fontes públicas de bens e serviços precisa ser intermediado pelo político ou por alguém ligado ao político, como o médico citado acima, por exemplo, e é visto como um bem extraordinário “que não tem preço”.

Esta análise suscita duas compreensões, primeiro, que o clientelismo e o assistencialismo possibilitam acesso a bens e serviços públicos; e segundo, que a concepção de “público” para o “nativo” significa recursos monopolizados pelas elites políticas e econômicas e não a concepção apontada pela ciência política, que significa recursos que pretendem a todos.

Os agentes sociais, nesse sentido, orientam suas práticas pelo *senso prático*, conforme o seu *habitus*, o qual é construído historicamente e incorporado pelo agente no decorrer de sua vida. O que se tem percebido, a partir dos discursos é que as práticas políticas, no município de Queimadas, são profundamente marcadas pelo assistencialismo e pelo clientelismo, por “ajudas” oferecidas por parte dos políticos aos agentes sociais, o que tem sido denominado de cultura da sujeição, a qual se dá e se firma através dos laços de dependência, que não deixa de ser uma violência simbólica.

E assim sendo contribui para a sujeição do “outro” em relação ao “eu”, ou seja, a sujeição do agente social em relação ao agente político local, se tornando, nesta relação, um agente heterônomo, ao invés de autônomo, o que provoca a submissão e atitudes de subserviência. Daí que este fazer político fundamentado em “relações de favores” favorece a violência

simbólica, que decorre da própria maneira como se encontram estruturadas as relações sociais e políticas no município de Queimadas.

Trabalho recebido em 13/09/2012

Aprovado para publicação em 18/12/2012

WWREFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADILSON FILHO, José. A cidade atravessada: velhos e novos cenários na política belo Jardimense. Recife, COMUNIGRAF, 2009.

ALMEIDA, Elpídio. História de Campina Grande. Campina Grande/PB (1962). Edição (facsimile), Epigraf, 1993.

BOURDIEU, Pierre. Sociologia. São Paulo, Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais 39, 1983.

_____. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas – SP, Papyrus, 1996.

_____. Linguagem e Poder Simbólico. In: A economia das trocas lingüísticas: O que falar quer dizer. 2ª ed., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo. (Clássicos 4), 1998.

_____. O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação. Campinas – SP, Papyrus, 2000.

_____. O poder simbólico. 4ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

_____. Meditações Pascalianas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001a.

CÂMARA, Epaminondas. Datas campinenses. Campina Grande, Ed. Caravela, 1998.

DINIZ, Eli. Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

FORTUNATO, Maria Lucinete. O conceito de coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local. Campina Grande: EDUFPG, 2008.

HERÁCLIO, Reginaldo e HERÁCLIO, Ricardo. Chico Heráclio, a herança política. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1997.

_____. Chico Heráclio: o último coronel. Recife, Editora CEPE, 1979.

KUSCHINER, Karina. O Cotidiano da Política. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

LEWIN, Linda. Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso de oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro, Record, 1993.

LOPES, Antônio Carlos Ferreira. Queimadas seu povo sua terra. Queimadas-PB, 2006.

MELLO, José Octávio de Arruda. História da Paraíba: lutas e resistência. 10ª ed. Paraíba/João Pessoa: A UNIÃO, 2002.

PARAÍBA. Plano Diretor Participativo de Queimadas - PDPQ. Queimadas, PB: Prefeitura Municipal de Queimadas, 2007.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RÊGO, André Heráclio. Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder. São Paulo, A Girafa Editora, 2008.

- RÊGO, Antônio Vital (Org.) Major Veneziano: tempos de sempre. João Pessoa, A UNIÃO, 1979.
- ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. Política nos currais. João Pessoa, ACAUÃ, 1979.
- SCHMITT, Rogério. Partidos políticos no Brasil: (1945-2000). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000.
- SEGALEM, Martine. Ritos e Rituais Contemporâneos. Rio de Janeiro, Editora, FGV, 2002.
- SILVA, Antônia Maria da. Agricultura no município de Queimadas, PB: Formas de organização, desafios e perspectivas. 2001, 180 folhas. [dissertação] – Mestrado em Economia Rural – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 2001.
- SYLVESTRE, Josué. Lutas de vida e de morte, fatos e personagens da História de Campina Grande (1945/1953). Brasília, Senado Federal, 1982.
- _____. Nacionalismo e coronelismo: fatos e personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1954/1964). Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- SOUZA, Jessé. Capítulo II – Pierre Bourdieu e a reconstrução da sociologia crítica. A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte, Editora UFMG, Rio de Janeiro, IUPERJ, 2003.
- _____. (Org.) A gramática social da desigualdade brasileira. In: A invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Colonização. In: Formação história do Brasil. 10ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. p.57-108, 1979.
- WOORTMANN, Ellen F. Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo-Brasília, Ed.Unb, 1995.